

Darliane Amaral  
Elessandra Cruz  
(Organizadoras)

# PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Atena  
Editora  
Ano 2021

Darliane Amaral  
Elessandra Cruz  
(Organizadoras)

# PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Atena  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins





## Práticas da socioeducação no Distrito Federal

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadoras:** Darliane Amaral  
Elessandra Cruz

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P912 Práticas da socioeducação no Distrito Federal /  
Organizadoras Darliane Amaral, Elessandra Cruz. –  
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-813-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.134211712>

1. Liberdade assistida - Distrito Federal. 2. Socioeducação.  
3. Adolescente. I. Amaral, Darliane (Organizadora). II. Cruz,  
Elessandra (Organizadora). III. Título.

CDD 364.36098174

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## PREFÁCIO

Hannah Arendt, no ensaio “A Crise da Educação”, examina a sociedade moderna e considera a educação como uma atividade das mais importantes e necessárias da sociedade, renovando-se sempre com o nascimento de novos seres humanos. Estabelece uma relação direta entre a autoridade e a responsabilidade, sendo a primeira uma inerência da segunda. Para ela, a educação possui função política. Considerando essa perspectiva, qual é a função da Socioeducação no contexto social brasileiro contemporâneo? Como o Estado brasileiro tem realizado o projeto da Socioeducação para os adolescentes considerados autores de comportamentos desviantes? Um questionamento recorrente, ao discutir-se o Sistema Socioeducativo, é a perpetuação do caráter punitivo em que ele se estrutura, reforçando, com frequência, o histórico de maus tratos aos adolescentes.

Consideramos pertinente o debate levado a cabo pelas reflexões do presente livro. A nosso ver, é urgente a necessidade de refletirmos, na academia e nas instâncias sociais, sobre o que é a Socioeducação. Discutir como ela pode colaborar para capacitar o adolescente para a vida política na esfera pública ou, ao contrário, condicioná-lo a rótulos de incapacidade e de aniquilamento da condição de ser humano. O livro é resultado do curso de Especialização em Políticas Públicas em Socioeducação, pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e Universidade de Brasília (UnB).

A obra discorre sobre os temas investigados por cinco autores, que propuseram-se analisar o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal-DF. Buscou-se apresentar um panorama da Socioeducação no Distrito Federal, propondo examinar os contextos profissionais no qual os autores estavam inseridos, apontando situações e temas que do ponto de vista deles se caracterizavam como experiências, e práticas presentes no Sistema Socioeducativo. O livro é composto por cinco capítulos nos quais são apresentadas experiências e práticas resultantes de pesquisas de campo.

A discussão do primeiro capítulo é assinada por Janaina Teles, que realizou um estudo de caso no âmbito da medida socioeducativa de Liberdade Assistida. A autora descreve uma prática sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de um adolescente. Defende que o comprometimento dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo para manter um olhar diferenciado para identificar as dificuldades e potencialidades do adolescente pode resultar em mudança e ruptura dos comportamentos desviantes. Essa afirmação parte dos indícios positivos do estudo de caso em análise, por meio do qual o adolescente foi encaminhado para o atletismo, tornando-se atleta profissional com oportunidade possibilitada no período em que cumpria medida socioeducativa.

O segundo capítulo, da autoria de Elessandra Cruz, aponta questões sobre a educação formal e não formal, com os resultados do estudo de campo na Unidade de Atendimento de Semiliberdade do Recanto das Emas. Para Cruz, o projeto educacional oferecido ao adolescente que cumpre medida deve ser formal e não formal, considerando-as como atividades complementares e indissociáveis para se pensar em ressocialização.



Ela chama atenção para que as atividades de formação não formal devam respeitar o perfil de cada adolescente. Este deve ser visto como adolescente dentro da coletividade e ter respeitadas as suas particularidades.

Dando continuidade, Rosângela Alves apresenta o estudo de campo oriundo da pesquisa realizada na Unidade de Internação de Santa Maria. Ela investiga o processo de escolarização, examinando como as práticas escolares dentro da Unidade são propostas pelos docentes e pelas demais profissionais do Sistema Socioeducativo. O estudo indicou que a escolarização na Unidade está estruturada para seguir a mesma estrutura da escola fora da Unidade, havendo, contudo, implicações internas que não permitem o cumprimento da carga-horária determinada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Segundo a autora, a questão mais recorrente é a redução de agentes socioeducativos para fazerem a supervisão dos adolescentes no momento das aulas.

O quarto capítulo é da autoria de Elizangela Barbieri. Analisa o Plano Individual de Atendimento – PIA, considerando-o como instrumento relevante do adolescente que cumpre medida socioeducativa. A autora reflete como o PIA pode se constituir em instrumento que colabora com a mudança de comportamento infrator dos adolescentes. No entanto, a pesquisa apontou dificuldades da equipe responsável pela elaboração do PIA: não se atribuiu importância ao planejamento individual do cumprimento da medida do adolescente.

Outra prática no Sistema Socioeducativo é trazida por Edson da Silva, com a investigação da oficina de música para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. O autor aponta indícios de que essa experiência se constitui como exitosa, uma vez que possibilita, por meio da educação, capacitar o adolescente para os contextos sociais em que serão encaminhados após a internação. A investigação demonstrou que o adolescente que participa da oficina de música é apresentado a um mundo novo que muitas vezes parecia inalcançável e alheio ao contexto social dele.

Os estudos que são apresentados nesse livro, apontam realidades para pensarmos a Socioeducação, uma vez que é a política pública educacional mais importante para os adolescentes autores de atos infracionais. A nosso ver, torna-se imprescindível o debate acerca do Sistema Socioeducativo. Trata-se de uma instância social gerida pelo Estado brasileiro que ainda é marcada por práticas que se limitam basicamente a uma vertente punitiva, abordagem que, com as reflexões desta obra carece de mudanças.






Darlíane Silva do Amaral

Brasília/2018

## REFERÊNCIA

ARENDRT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
SOCIOEDUCAÇÃO E LIBERDADE ASSISTIDA: ESTUDO DE CASO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
Janaina Araújo Veras Teles	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117121">https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117121</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SEMILIBERDADE	
Ellessandra da Silva Cruz	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117122">https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117122</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO: ANÁLISE DE PRÁTICAS ESCOLARES	
Rosângela Laurentino Alves	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117123">https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117123</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO	
Elizangela Barbieri Iwasaki	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117124">https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117124</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
OFICINA DE MÚSICA COMO ATIVIDADE TRANSFORMADORA NA SOCIOEDUCAÇÃO	
Edson Mendes da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117125">https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117125</a>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>62</b>

## ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO: ANÁLISE DE PRÁTICAS ESCOLARES

Data de aceite: 17/11/2021

**Rosângela Laurentino Alves**

Licenciada em Letras Português e Espanhol pela Faculdade Michelangelo e em Pedagogia pelo Instituto Nossa Senhora Maria de Lourdes. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

**RESUMO:** O texto apresenta um estudo de campo realizado na escola da Unidade de Internação de Santa Maria. Investiga o processo de escolarização, examinando como as práticas escolares no contexto de privação de liberdade são propostas pelos docentes e demais profissionais do Sistema Socioeducativo. O estudo indicou que a escolarização na Unidade está estruturada para seguir a mesma organização da escola fora da Unidade, havendo, contudo, implicações internas que não permitem o cumprimento da carga-horária determinada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, uma vez que a retirada e o deslocamento do adolescente do quarto para a escola, só são feitos pelos agentes responsáveis pela segurança. Uma questão recorrente é justamente a queixa da redução de agentes socioeducativos para fazerem a supervisão dos adolescentes no momento das aulas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escolarização. Socioeducação. Adolescente.

### SCHOOLING IN SOCIO-EDUCATION: ANALYSIS OF SCHOOL PRACTICES

**ABSTRACT:** The text presents a field study carried out at the School of the Socio-Educational Unit of Santa Maria. It investigates the schooling process, examining how school practices in the context of deprivation of freedom are proposed by teachers and other professionals in the Socio-Educational System. The study indicated that schooling in the Unit is structured to follow the same organization as the school outside the Unit, with, however, internal implications that do not allow compliance with the workload determined by the Department of Education of the Federal District, since the withdrawal and the transfer of the teenager from the bedroom to the school, are only made by the agents responsible for security. A recurrent issue is precisely the complaint of the reduction of socio-educational agents to supervise adolescents during classes.

**KEYWORDS:** Schooling. Socio-Educational. Adolescents.

### 1 | INTRODUÇÃO

Sou formada em Licenciatura Plena em Letras - Português com Habilitação em Espanhol; e Pedagoga, Especialista em Orientação Pedagógica e Letramento e Alfabetização. Ingressei no Sistema Socioeducativo em 2015 na Unidade de Internação de Santa Maria-UISM para desempenhar a função de professora, pois sou servidora da Secretaria de Educação.

Considero ser um desafio a cada dia trabalhar como professora dentro do Sistema, pois tem sido uma experiência impactante o contexto de privação de liberdade. Há diferenças e semelhanças entre a escolarização dentro e fora do Sistema Socioeducativo. As diretrizes pedagógicas são as mesmas, mas a rotina da escola não é tão regular como as demais de fora do sistema. Os alunos geralmente já evadiram de escola há bastante tempo quando estavam na rua e, de modo geral, todos que estão cumprindo medida socioeducativa de internação já passaram pela escola.

Quanto à metodologia adotada em sala de aula é sempre necessária uma adequação, exigindo uma maior flexibilidade do professor a cada aula e encontro com os adolescentes. O grupo de docentes e profissionais da educação tem buscado adequar-se com métodos e práticas dentro desse ambiente desafiador. Muitas vezes eles encontram obstáculos, pois há implicações impostas pela dinâmica de funcionamento da Unidade que por vezes dificultam o processo de escolarização. Uma das questões bem presentes para os adolescentes em cumprimento da medida de internação é a não continuidade regular das aulas. É comum o adolescente **não sair do módulo (local onde** passa a maior parte do tempo, em que se tem os dormitórios) por diversos motivos, como exemplo a falta de profissionais da segurança que façam a condução e o acompanhamento dos adolescentes à sala de aula. Assim, os adolescentes não frequentem a escola com a regularidade prevista nos documentos e na legislação que regem o Sistema Socioeducativo.

A Unidade de Internação de Santa Maria- UISM foi inaugurada pela Secretaria da Criança no dia 20 de março de 2014 no Núcleo Rural Alagados, RA 8, Santa Maria. Um dos principais motivos da criação dessa Unidade foi com o objetivo de concluir o processo de desocupação do Centro de Atendimento Especializado (CAJE). O CAJE foi uma instituição do Distrito federal que acolheu por 38 anos adolescentes que cumpriam medida de internação. Essa instituição ficou marcada por rebeliões, superlotações, maus tratos com os internos, e o proposta de atuação era mais coercitiva do que de ressocialização e aí entende-se que com a transferência dos adolescentes para a Unidade de Internação de Santa Maria dentre outras Unidades, o atendimento seria humanizado, uma vez que a infraestrutura seria um prédio novo, comportando espaços físicos desde biblioteca, quadra de esporte, salas de aula e espaços dos módulos com estruturas apropriadas em que se acaba com a superlotação.

No período da inauguração da Unidade de Santa Maria as autoridades políticas que estavam à frente da gestão do Distrito Federal e das pastas responsáveis pelo Sistema Socioeducativo afirmaram que os espaços foram planejados para oferecer educação em tempo integral, com escola e cursos profissionalizantes, atividades esportivas e culturais. A Unidade tem 6,2 mil metros quadrados de área construída, com 10 módulos, área de saúde, espaços para oficinas profissionalizantes, escola, área para visitantes, teatro de arena ecumênico, ginásio coberto, campo de futebol, lavanderia e horta, capacidade para

receber 90 adolescentes e uma ala feminina.

Dois anos antes da inauguração da Unidade de Santa Maria é promulgada no Brasil a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Assim, a Secretaria da Criança, órgão responsável pela Socioeducação no DF, estava seguindo o que determina o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sobre o cumprimento da medida de internação dentro de um perfil dos adolescentes por faixa etária, sexo, tipo de ato infracional.

O SINASE considera que a Unidade de acolhimento do adolescente privado de liberdade deva ser um espaço arquitetônico que unifica, integra, visando um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico que valorize o adolescente, focado em uma política de direitos humanos. O SINASE previa que a partir da mudança institucional, modificando a estrutura física baseada num projeto pedagógico e com profissionais capacitados, seria possível humanizar o atendimento e transformar as Unidades em ambientes efetivamente socioeducativos.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a escolarização realizada na Unidade e perceber como ela pode colaborar com a mudança dos comportamentos infratores dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação.

Conforme o Projeto Político das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal a missão da internação é “promover a reintegração social do adolescente (...) preparando-os para o convívio social” (2013, p.23). Refere ainda, que a medida de internação deve desenvolver autonomia e aprendizado que colabore para a construção do projeto de vida do adolescente.

## **2 | CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

A pesquisa foi realizada na Unidade de Internação de Santa Maria – DF, que possui aproximadamente 200 socioeducandos, dentre eles adolescentes do sexo feminino e masculino. A instituição conta com direção geral da Unidade e com equipe técnica formada por psicólogos, pedagogos, enfermeiros, apoio administrativo e Atendentes de Reintegração Social muitas vezes conhecidos como agentes. A Unidade conta também com profissionais de portaria, de limpeza, dentre outros. Estes profissionais estão ligados hierarquicamente à SECRIA (Secretaria da Criança e do Adolescente).

Já na escola, a organização é constituída por: direção, supervisão, coordenação pedagógica, apoio administrativo e professores de séries iniciais até o 5º ano e séries finais até o 9º ano, bem como também o ensino médio. A modalidade de escolarização oferecida aos adolescentes é feita por ciclos, em que o aluno cursa duas séries ao mesmo tempo, podendo avançar o nível de escolaridade e sanar suas dificuldades de distorção idade e série. A escola dentro da Unidade é hierarquicamente subordinada as orientações da

Secretaria do Estado de Educação do DF (SEEDF), como também os profissionais que atuam na escola.

## 2.1 Medida Socioeducativa de Internação

Não é de hoje que o Brasil direciona tratamentos para adolescentes que cometeram ato infracional, mas a criação e promulgação de leis específicas para os direitos deles é relativamente recente. Conforme o Projeto Político Pedagógico das medidas socioeducativas do Distrito Federal (2013), os adolescentes já passaram por políticas públicas que direcionam atendimento por instituições como a Fundação do Serviço Social - FSS, depois transformaram o atendimento na Fundação Nacional de Apoio ao Menor - FUNABEM, que depois passa a ser Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM. Em seguida o sistema para adolescente passou a chamar-se Centro de Triagem e Atendimento ao Menor – CETRAM, que subdividiu-se em Centro de Triagem e Observação de Menores – CETRO; Comunidade de Educação e de Integração e Apoio de Menores de Família – COMEIA e Comunidade de Terapia e Educação de Menores – COTEME. Por fim, surge o Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE e posteriormente o que hoje conhecemos de Unidades de Internação para a medida de internação.

A primeira lei totalmente voltada para o adolescente é promulgada na década de noventa sendo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nela já é previsto no Art. 112.º as medidas para os adolescentes que forem encontrados cometendo ato infracional, cabendo à autoridade competente aplicar advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Assim, conforme prevista no Art. 122.º do ECA,

a medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL. Lei Nº 8.069, 1990).

A medida socioeducativa de internação passa a ser regulamentada pela Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa lei é:

o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, Lei nº 12.594/2012).



### 3 I ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Essa pesquisa atende aos procedimentos de uma metodologia qualitativa com aplicação de entrevista semiestruturada. Participaram professores, em que um deles é coordenador pedagógico, que aceitaram ser entrevistados por mim, com a aplicação de algumas perguntas feitas sobre o contexto escolar na Socioeducação na modalidade internação. Todos assinaram o termo de consentimento da entrevista e da autorização dos dados serem publicados. Para preservar a identidade das pessoas entrevistadas foram criados códigos, quais sejam: **Professor 1** que também assume a função de coordenador pedagógico, **Professor 2** e **Professor 3**. Quando as falas deles forem citadas no texto estarão destacadas em itálicos.

Assim, segue o roteiro de entrevista aplicado aos professores e coordenador pedagógico. Dentre os entrevistados, todos foram bem empenhados em responder, e ficaram bem à vontade para expor sua opinião.

A entrevista semiestruturada foi utilizada por ser um instrumento apropriado para ouvir os participantes e reunir informações relevantes para a discussão do tema da pesquisa. Conforme Triviños (1987) uma das características da entrevista é que “(...) favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (...)” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). A entrevista propicia uma maior proximidade do pesquisador com o entrevistado, o que também aumentam a possibilidade de conhecer maiores informações sobre a pesquisa.

#### 3.1 Escolarização na Unidade de Internação: resultado e análise dos dados

Para a discussão das informações obtidas nas entrevistas almeja compreender como se constitui a rotina de escolarização na Unidade de Internação, destinada a adolescentes autores de atos infracionais. Com isso, parte-se das seguintes questões: de que maneira uma unidade de internação pode abrigar no seu interior uma escola pública? Como o Distrito Federal-DF garante o acesso ao direito à educação aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação?

O primeiro ponto da entrevista foi para conhecer o perfil dos entrevistados. O **Professor 1** é graduado em Pedagogia e bacharel em Administração, com Especialização em Recursos Humanos. Trabalha no Sistema Socioeducativo há **quatro** anos e atualmente além de professor é também coordenador pedagógico. O **Professor 2** é graduado em Educação Física e possui dois anos de experiência com a Socioeducação. O **Professor 3** é **Pedagogo** com especialização em Sistema do Ensino Penitenciário e em Ciências Criminais e Investigação. Possui vinte anos de trabalho em Socioeducação.

Perguntados se participaram de alguma formação/capacitação específica para atuar no Sistema Socioeducativo foi dito pelo Professor 1 que participou de dois cursos de formação continuada sobre o sistema; O Professor 2 fez capacitação sobre legislação

do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e SINASE. Já o Professor 3 participou de cursos relacionados com o Sistema Socioeducativo.

Para descrever um pouco da rotina de cada profissional entrevistado seguem informações: o Professor 1 está como coordenador pedagógico da escola da Unidade e sua rotina de trabalho é coordenar as atividades dos professores, seja na supervisão dos planos de aula, como também de auxiliar os professores no planejamento da aula e organização de turmas. O Professor 2 realiza uma jornada de trabalho como educador físico dos adolescentes que estudam de 3º a 5º ano, no horário das 8:00h às 18:00h com intervalo de duas horas para almoço; O Professor 3 trabalha 40 horas semanais distribuídas em aula no período matutino e vespertino.

Diante da experiência dos entrevistados com o Sistema Socioeducativo, estes descreveram que a Socioeducação *consiste na preparação do adolescente que cometeu ato infracional perante a sociedade, desrespeitando as regras sociais, sobretudo para o exercício da cidadania* (Professor 1). Para o Professor 2 a Socioeducação **é um conjunto articulado de propostas e serviços desenvolvidas a partir de práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos sem romper as regras éticas e sociais vigentes no sentido de permitir a reestruturação de uma vida a partir de sanções**. Conforme o Professor 3 *ela é parte do pressuposto ressocializar, integrar, trazer de volta para a sociedade o adolescente que cometeu ato infracional*.

Uma questão colocada aos entrevistados foi se eles achavam que a pedagogia utilizada nas escolas no Sistema Socioeducativo deva ser diferenciada da escolarização do ensino regular fora da Socioeducação.

A pedagogia e o método de ensino devem ser diferenciado, deve estar mais voltado para as necessidades dos alunos, porém o conteúdo programático e o currículo devam ser seguidos tal qual a escola fora da Unidade (Professor 1).

Sim. A pedagogia desenvolvida na Socioeducação deve oportunizar a ressignificação das trajetórias infratoras, no sentido de construir novos projetos de vida, através de uma educação diferenciada (Professor 2).

Em alguns aspectos, porque assim que o adolescente deixa o sistema ele volta para a sociedade e não volta para os estudos (Professor 3).

Das falas dos entrevistados há uma maior concordância para que o trabalho desenvolvido na escola seja diferenciado, voltado para as necessidades dos adolescentes. No entanto, como a escolarização pode contribuir com uma transformação dos comportamentos infratores, uma vez que por mais diferenciada que seja a pedagogia, ainda assim, os adolescentes não demonstram muito interesse pela parte dos conteúdos. A escola segue uma rotina de conteúdos que não atrai o aluno, pois este acha muito mais interessante as vivências sociais fora da escola.

Perguntados se há uma disparidade de comportamento entre os adolescentes internos que cumprem a medida de internação e os alunos que frequentam a escola fora do Sistema, foi dito que: *adolescentes são os mesmos adolescentes em quaisquer situações, no entanto para os que estão cumprindo medidas socioeducativas, as perspectivas com relação aos estudos são diferentes.* Continua o Professor: *na Unidade de Internação, estudam porque ir à escola é mais interessante do que ficar trancado no módulo* (Professor 1). Já na visão do Professor 2, ele considera que há uma diferença entre os adolescentes internos e os que estão frequentando a escola fora da Unidade. Para ele *os alunos da Socioeducação geralmente têm um histórico de vida de ruptura, vulnerabilidade, abandono e violência, além da ausência familiar que muitos deixam de ter devido ao abandono que vivem* (Professor 2). Da fala do Professor 2 é possível questionar a proteção integral do Estado prevista na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme a opinião do Professor 3: *difere apenas porque cometeram atos infracionais e estão em regime de internação, no entanto, são adolescentes como os demais* (Professor 3).

Com vistas a avaliar qual o suporte do Estado para a implementação das políticas públicas no processo de escolarização no Sistema Socioeducativo os entrevistados se posicionaram da seguinte maneira:

Em se tratando de Socioeducação, o Estado tem sido ausente, percebe-se o descaso da Secretaria de Educação com esses alunos, abordam sempre que não têm verbas. Falta material para os adolescentes e falta suporte e recursos para os professores (Professor 1).

Acredito que temos excelentes políticas, nesse sentido, porém a implementação devida é muito limitada. O Estado não desenvolve e não implementa o que já existe. Os profissionais acabam ficando restritos a fazerem o que o Estado determina (Professor 2).

O Estado apenas cede os professores da Secretaria de Educação.. Não existe por parte do Estado nenhum comprometimento em melhorar o Sistema Socioeducativo. Não há interesse dele quanto a educação (Professor 3).

Foi unânime entre os entrevistados uma crítica ao modo como o Estado implementa a política pública da escolarização na Socioeducação. Assim, é sugerido concluir que pouco ou nada ela contribui na proposta de ressocializar o adolescente. Vale ressaltar que no Art. 3.º do ECA é previsto a garantia que:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL. Lei Nº 8.069, 1990).

No que se refere ao processo de escolarização e de práticas pedagógicas os

entrevistados relataram sobre as metodologias e técnicas educativas na educação escolar dentro da Unidade de Internação. Para o Professor 1, *deve-se buscar metodologias que se aproximem cada vez mais da realidade dos alunos. Motiva-los de forma a tornar o processo de ensino mais significativo*. Continua: *assim, utilizar a arte, o esporte e a cultura como uma ferramenta para atrair o interesse do aluno*. Na visão do Professor 2: *através de articulação entre as instâncias superiores, pois como educador vejo que somos vedados a criar. É muita burocracia que não possibilita que o professor crie*. Segundo o Professor 3: *com elaboração de projetos, visando os adolescentes*. Refere ainda que os profissionais devam estar participando constantemente de formação continuada.

Outro item abordado na entrevista era se os professores tinham que trabalhar nas aulas várias áreas do conhecimento. Das respostas obtidas foi dito pelo professor 1 que *é importante que o professor utilize todas as áreas do conhecimento, bem como a interdisciplinaridade dos conteúdos, visando tornar o ensino mais rico e prazeroso para os adolescentes*. Para o Professor 2, *deve ser trabalhado várias áreas. Para ele, quando oportunizamos novas rotinas na Socioeducação estamos ofertando muitas vezes aquilo que falta na vida dele*. Na concepção do Professor 3 *deve ser trabalhado várias áreas do conhecimento, mas com adaptações para o processo de ensino aprendizagem dos adolescentes*.

Como professora da Unidade de Internação de Santa Maria testemunho o que os professores têm procurado fazer o processo de escolarização da melhor forma, mesmo que alguns obstáculos os impeçam. Presencio a aplicação de novas metodologias e tecnologias, em que dão ênfases aos projetos que têm sido realizados na escola, como, por exemplo, o Projeto RAP. Com a música é trabalhado questões disciplinares, de leitura e interpretação e até mesmo produção textual. Há projeto do ENEM, em que os alunos do Ensino Médio são atendidos com foco nas avaliações do Ensino Nacional do Ensino Médio; projeto de leitura e produção realizada por um Agente Socioeducativo, em que leva livros para serem lidos nos módulos e depois é apresentada a produção textual dessas leituras.

Ainda foi perguntado sobre a burocracia presente na rotina escolar da Socioeducação. Todos os entrevistados concordam que a burocracia é um fator presente no trabalho da Unidade e também na escola e que por vezes atrapalha o desempenho de um trabalho melhor. Na visão do Professor 1, *há burocracia da própria Secretaria de Educação com relação a documentação dos alunos, além disso, existe a dificuldade em abrir novas turmas (turmas ficam lotadas em salas pequenas), dificuldades em receber recursos para compra de materiais pedagógicos entre outros*. Segundo o Professor 2: *como educador físico, gostaria de desenvolver um trabalho mais profissional no sentido de incluir os adolescentes em modalidades esportivas e competições*.

Por fim, acrescentam que: *o sistema escolar na Unidade está em segundo plano, tendo em vista, que os critérios de segurança se sobrepõe aos critérios educativos*

(Professor 1). *Na Socioeducação funciona para além da ressignificação da vida dos adolescentes, tentamos qualifica-los para inseri-los na sociedade* (Professor 2). *O trabalho na Socioeducação deve ser diferenciado; sempre proporcionando condições de aprendizado ao socioeducando mesmo enfrentando diversos obstáculos* (Professor 3).

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a escolarização no Sistema Socioeducativo se configura como mais um desafio dentro da proposta de ressocialização do adolescente. Os professores estão organizados pela Secretaria de Educação para cumprirem com a carga horária estabelecida para o ano letivo das escolas do Distrito Federal. No entanto, a dificuldade do cumprimento da carga horária se dá pelas dificuldades internas do Sistema Socioeducativo. Um dos fatores principais apontados pela equipe que trabalha no sistema de internação é a falta de agentes para fazer a escolta e acompanhar os adolescentes no período das atividades na escola.

Na visão dos entrevistados enfatizou-se que a medida socioeducativa de internação para adolescentes que praticaram ato infracional poderia se orientar por objetivos que buscassem promover práticas educacionais. Em muitas ocasiões, a recepção ao adolescente na escola da Unidade já se dá de forma a marcar a desaprovação da escola. Ou seja, a escola, poderia ser um espaço de garantia de direitos e promover momentos de convivência acaba por ser mais uma instituição em que o adolescente cumprirá o tempo obrigatório e não se desenvolverá.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional... **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.


BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual do SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.


BRASIL. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. **Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal. Internação**. Brasília: Secretaria da Criança, 2013.

TRIVIÑOS. A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

# PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 


[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 